

# COOPERATIVA DE CRÉDITO DO LESTE DE SANTA CATARINA E DO PARANÁ LTDA - UNICRED UNIÃO

## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

### 3. Prevenção à Lavagem de Dinheiro e Combate ao Financiamento do Terrorismo - PLD/CFT

A Cooperativa utiliza ferramenta de PLD própria do Sistema Unicred para realizar o monitoramento das transações cujo objetivo é assegurar que as atividades sejam conduzidas em ambiente de controles adequados à prevenção da utilização do sistema financeiro para os crimes de lavagem de dinheiro e financiamento ao terrorismo.

Atentos à legislação e às normas vigentes dos órgãos reguladores, a Unicred busca constantemente adequar-se aos procedimentos exigidos, em especial a Lei 9.613/1998 e Circular 3.461/2009, bem como demais normativos emitidos pelo Banco Central do Brasil.

Neste contexto, destaca-se que toda a metodologia, monitoramento e análise de PLD/CFT desta Cooperativa e das demais Cooperativas do Sistema Unicred SC/PR são realizados de forma centralizada, na Unicred Central SC/PR, cuja a principal finalidade é manter aderência às normas, visão sistêmica e padrão nas análises. Ainda, a instituição realiza treinamentos para os colaboradores a fim de reforçar as melhores práticas de controles internos.

### 4. Gerenciamento de Riscos

Em cumprimento às normas do Banco Central do Brasil a Cooperativa implantou estrutura de gerenciamento de risco compatível com a natureza e a complexidade dos seus produtos, serviços, atividades, processos e sistemas, cuja descrição é apresentada no site da Unicred do Brasil e pode ser acessada através do endereço eletrônico: [www.unicred.com.br](http://www.unicred.com.br).

De modo geral, esta estrutura fundamenta-se nos pilares regulamentares descritos nas Resoluções 4.557/17 e 4.606/2017, tendo a atribuição de identificar, mensurar, avaliar, mitigar, monitorar, controlar e reportar os riscos assumidos pela instituição, bem como a interação entre eles, mantendo-os adequados aos níveis desejados e descritos na Declaração de Appetite ao Riscos do Sistema Unicred e dando suporte na definição de estratégias e na tomada de decisão pela alta administração. De forma complementar, esta estrutura também contempla diretor responsável por estrutura simplificada de gerenciamento contínuo de riscos, devidamente nomeado perante órgão regulador. Por fim, para cada tipo de risco incorrido existem diretrizes específicas, que podem ser assim resumidas:

a) **Risco operacional:** tem por objetivo identificar, avaliar, monitorar e controlar os riscos associados a falhas, deficiências ou inadequações de processos internos,

pessoas e sistemas, ou de eventos externos.

b) **Risco de crédito:** tem por finalidade identificar, mensurar, controlar e mitigar os riscos de perdas associadas à contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação, conforme estabelecido pelo regulador.

c) **Risco de liquidez:** Implantada em cumprimento à regulação vigente, a estrutura de gerenciamento de risco de liquidez tem por objetivo identificar, avaliar, monitorar e controlar os riscos associados à possibilidade de a instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas e à possibilidade de a instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

d) **Risco de mercado:** Essa estrutura tem por objetivo identificar, avaliar, monitorar e controlar os riscos associados a perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pela instituição.

e) **Risco socioambiental:** Em cumprimento à Resolução 4.327/2014, a Cooperativa possui estrutura de gerenciamento de risco socioambiental compatível com a natureza das suas operações, a complexidade dos produtos e serviços oferecidos e a dimensão da sua exposição a esse risco.

f) **Gestão de continuidade de negócios:** De forma geral, a gestão de continuidade de negócios se fundamenta nos princípios básicos para garantir a resposta adequada à recuperação e restauração dos processos mais críticos no caso de ocorrência de eventuais interrupções, em conformidade com as diretrizes estabelecidas pelo regulador.

g) **Gestão de capital:** Elaborada com base na regulação vigente, tem por objetivo o processo contínuo de monitoramento e controle do capital mantido pela instituição, avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos a que a instituição está sujeita e planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da instituição.

## A DIRETORIA

**Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras**  
Semestre findo em 31 de dezembro de 2018 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de reais, exceto se de outra forma indicado)

### 1 Contexto operacional

A Cooperativa de Crédito do Leste de Santa Catarina e do Paraná Ltda. – Unicred União (“Unicred União”) é uma Cooperativa de crédito singular, instituição financeira não bancária, foi constituída em 12 de agosto de 1993.

A Unicred União tem sede, administração e foro jurídico em Itajaí, Estado de Santa Catarina, e a sua área de atuação abrange o município sede e os municípios de Itajaí, Balneário de Camboriú, Camboriú, Ilhota, Navegantes, Luiz Alves, Barra Velha, Penha, Balneário Piçarras, Bombinhas, Porto Belo, Itapema, Joinville, Araquari, Garuva, São Francisco do Sul, Jaraguá do Sul, Corupá, Guararimir, Massaranduba, Schroeder, Itapoa, Barra do Sul, São Bento do Sul, Rio Negrinho, Campo Alegre, Mafra, Canoinhas, Porto União, Itaiópolis, Papanandua, Monte Castelo, Major Vieira, Três Barras, Irineópolis, Matos Costa, Timbó Grande, Calmon, Bela Vista do Toldo, São João do Itaperiú em Santa Catarina e Antônio Olinto, Bituruna, Cruz Machado, General Carneiro, Paulo Freitas, Paulo Frontin, Porto Vitória, São Mateus do Sul, Adrianópolis, Agudos do Sul, Almirante Tamandaré, Antonina, Araucária, Bocaiuva do Sul, Balsa Nova, Campina Grande do Sul, Campo Largo, Campo Magro, Campo do Tenente, Cerro Azul, Colombo, Contenda, Curitiba, Fernandes Pinheiro, Tunas do Paraná, Guamaranga, Guaraquecaba, Guaratuba, Imbituba, Inácio Martins, Irati, Itaperiçu, Mallet, Mandrituba, Morretes, Palmeira, Paranaguá, Piên, Pinhais, Piraquara, Ponta Grossa, Porto Amazona, Prudentópolis, Quatro Barras, Quitandinha, Rebouças, Rio Azul, Rio Branco do Sul, Rio Negro, São João do Triunfo, São José dos Pinhais, Teixeira Soares, Tijucas do Sul e União da Vitória no Paraná. Tem sua constituição e funcionamento regulamentados pela Resolução nº 3.859/2010 do Conselho Monetário Nacional (CMN) e é filiada à Central de Economia e Crédito Mútuos das Unicred's de Santa Catarina e do Paraná Ltda. – Unicred Central SC/PR (“Cooperativa central”) e componente do Sistema Unicred (“Unicred do Brasil”).

Tem por objetivo a educação financeira e cooperativista dos seus associados, através da mutualidade, assistência financeira e uso adequado do crédito e a prática, nos termos dos normativos vigentes, das seguintes operações: captação de recursos, concessão de créditos, prestação de garantias, prestação de serviços, formalização de convênios com outras instituições financeiras e aplicação de recursos no mercado financeiro, inclusive depósitos a prazo e ao sem emissão de certificado, visando preservar o poder de compra da moeda e remunerar os recursos.

O resumo da estrutura e gerenciamento desses riscos está descrito na nota 22.

Em 31 de dezembro de 2018 o passivo circulante supera o ativo circulante em R\$ 142.699 (em 2017 R\$ 168.898) essencialmente em função da classificação como passivo circulante da totalidade dos depósitos a prazo e sob aviso, conforme descrito na nota 10.

A Administração da Unicred União, em análise dos ativos e passivos, entende que não há riscos de liquidez, conforme a política da Unicred do Brasil. Além do acompanhamento diário das operações de crédito e o baixo índice de inadimplência, não há histórico de saques relevantes de depósitos que possam vir a prejudicar a liquidez.

### 2. Apresentação das demonstrações financeiras e resumo das principais práticas contábeis

#### a. Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as normas regulamentares constantes do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF e estão sendo apresentadas em conformidade com a atual legislação societária e práticas contábeis, em observância aos Pronunciamentos Contábeis homologados pelo Banco Central do Brasil.

As demonstrações financeiras, incluindo as notas explicativas, são de responsabilidade da Administração da Cooperativa e foram por ela aprovadas em 19 de março de 2019.

#### b. Descrição das principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração dessas demonstrações financeiras estão definidas a seguir:

##### b.1 Estimativas contábeis

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Unicred União no processo de aplicação das políticas contábeis. As demonstrações financeiras da Unicred União incluem, portanto, estimativas referentes à seleção das vidas-úteis do ativo imobilizado, provisão para perdas nas operações de crédito, valor justo de certos instrumentos financeiros, provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas e outras similares. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas. A Administração da Unicred União monitora e revisa as estimativas e suas premissas pelo menos semestralmente.

##### b.2 Caixa e equivalentes de caixa

Compreendem dinheiro em caixa, depósitos bancários livres e relações interfinanceiras de curto prazo e de alta liquidez, com prazo de vencimento inferior a 90 dias da data da transação e risco insignificante de mudança no valor justo.

##### b.3 Relações interfinanceiras – ativo

Substancialmente representados pela centralização financeira na Cooperativa Central e são atualizados pelos rendimentos auferidos até a data do balanço.

##### b.4 Operações de crédito

As operações pré-fixadas são registradas pelo valor futuro, retificadas pela conta de rendas a apropriar, e as operações pós-fixadas são atualizadas até a data do balanço, observados os índices contratados. Para as operações vencidas há mais de 60 dias, os juros permanecerão em rendas a apropriar, até a liquidação da operação. Sobre as operações de crédito, a Administração da Unicred União constituiu provisão para perdas em montante considerado suficiente para cobrir eventuais perdas na realização de valores a receber, com base em critérios consistentes e verificáveis, amparadas por informações internas e externas, pelo menos em relação ao devedor e seus garantidores (situação econômico-financeira, grau de endividamento, capacidade de geração de resultados, fluxo de caixa, administração e qualidade de controles, pontualidade a atrasos nos pagamentos, contingências, setor de atividade econômica, limite de crédito) e, em relação à operação (natureza e finalidade, características das garantias com suficiência de liquidez e valor), conforme determina a Resolução CMN nº 2.682/1.999, que classifica as operações em nove níveis de risco (de AA a H).

As operações classificadas como nível “H” permanecem nesse nível por seis meses, quando então são baixadas para conta de compensação.

##### b.5 Investimentos

Representados por participação societária avaliada ao custo de aquisição.

##### b.6 Imobilizado e intangível

Compostos pelos terrenos, edificações, instalações, sistemas de segurança, sistema de processamento de dados, sistema de comunicação, móveis e equipamentos de uso, sistema de transporte, imobilizações em curso e softwares de uso, demonstrados pelo custo de aquisição.

As depreciações e amortizações são calculadas e computadas pelo método linear, levando-se em consideração a vida útil econômica dos bens, conforme demonstrado na nota 9, reconhecidos no resultado do período.

##### b.7 Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (“impairment”)

O “impairment” deverá ser reconhecido se o valor de contabilização de um ativo ou de sua unidade geradora de caixa exceder o seu valor recuperável. Essa avaliação é revista anualmente a fim de verificar eventuais indicativos de perda por “impairment”. Na avaliação da Administração, no período corrente não existem indicativos para reconhecimento de perdas por “impairment”.

##### b.8 Depósitos à vista, sob aviso e a prazo

Os depósitos pré-fixados são registrados pelo valor futuro, retificado pela conta de despesas a apropriar e os depósitos pós-fixados são atualizados até a data do balanço, observados os índices contratados conforme demonstrado na nota 10.

##### b.9 Relações interfinanceiras – passivo

Destina-se ao registro dos cheques e outros papéis gerados contra a Unicred União, apresentados por participantes de sistemas de liquidação.

##### b.10 Provisões

As provisões são constituídas como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação no futuro. As provisões são registradas tendo como base a estimativa do risco envolvido.

##### b.11 Ativos e passivos contingentes

Os ativos contingentes não são reconhecidos, exceto quando da existência de evidências concretas que assegurem a sua realização. Os passivos contingentes são reconhecidos contabilmente pela Administração da Cooperativa quando, com base na opinião dos assessores jurídicos e outras análises das matérias, for considerado que há risco de perda de ações judicial ou administrativa, gerando uma possibilidade de saída de recursos no futuro para a liquidação dessas ações e, ainda, quando os montantes envolvidos possam ser mensurados com suficiente segurança. Esse é um julgamento subjetivo, sujeito às incertezas de uma previsão sobre eventos futuros, mas que leva em consideração o fundamento jurídico da causa, a viabilidade de produção de provas, a jurisprudência em questão, a possibilidade de recorrer a

Itajaí/SC, 20 de março de 2019.

Os saldos das operações de crédito totalizaram, em dezembro de 2018 R\$ 409.064 mil, com redução de 2,93% em relação ao mesmo período de 2017.

### I. Operações de Crédito

A Cooperativa Unicred União encerrou o ano de 2018 com ativos totais de R\$ 963.351 mil, aumento de 5,60% em relação ao mesmo período do exercício anterior, destacando-se:

#### 1. Situação Econômico-Financeira e Patrimonial

A Cooperativa Unicred União encerrou o ano de 2018 com ativos totais de R\$ 963.351 mil, aumento de 5,60% em relação ao mesmo período do exercício anterior, destacando-se:

#### II. Recursos Captados e Administrados

Os recursos captados e administrados formados pelo total de depósitos, convênios, arrecadações e patrimônio líquido, totalizaram R\$ 947.464 mil em dezembro de 2018, com incremento de 6,01% em relação ao mesmo período de 2017. O saldo de depósitos a prazo atingiu o valor de R\$ 724.315 mil, com crescimento de 6,43% em relação a dezembro de 2017. Os depósitos à vista tiveram uma evolução de 12,32% em doze meses e alcançaram o valor de R\$ 91.625 mil.

#### III. Patrimônio Líquido

A Cooperativa registrou em dezembro de 2018 um patrimônio líquido de R\$ 131.524 mil, tendo uma redução de 0,06% em relação ao mesmo período do ano anterior.

#### 2. Controles Internos e Compliance

A Unicred União está continuamente aprimorando o seu sistema de controles internos, face à complexidade dos serviços e produtos ofertados e à crescente demanda por parte dos cooperados. Tal aprimoramento é realizado através da implantação de políticas, procedimentos, normas e ferramentas de monitoramento. Desta forma a instituição busca assegurar a conformidade com leis e regulamentos, prevenir e reduzir riscos inerentes às atividades exercidas no seu campo de atuação.

A política de controles internos estabelece diretrizes que procuram reforçar, periodicamente, o alinhamento do sistema de controles internos com objetivos fixados pela Cooperativa relacionados às estratégias globais do negócio e às demais políticas institucionais. Da mesma forma, as atividades de controles são avaliadas sistematicamente assegurando a observância quanto às regulamentações emitidas pelas autoridades fiscalizadoras.

Balanços Patrimoniais				Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 (Em milhares de reais)			
	Nota	2018	2017		Nota	2018	2017
<b>Ativo</b>				<b>Passivo</b>			
Circulante		<b>683.311</b>	<b>604.791</b>	Circulante		<b>826.101</b>	<b>773.689</b>
Disponibilidades	<b>3</b>	<b>2.708</b>	<b>3.185</b>	Depósitos	<b>10</b>	<b>815.940</b>	<b>762.152</b>
Relações interfinanceiras	<b>4</b>	<b>461.929</b>	<b>398.294</b>	Relações interfinanceiras		-	<b>243</b>
Operações de crédito	<b>5</b>	<b>164.551</b>	<b>145.687</b>	Outras obrigações	<b>11</b>	<b>10.070</b>	<b>11.294</b>
Outros créditos	<b>6</b>	<b>4.680</b>	<b>4.334</b>				
Outros valores e bens	<b>7</b>	<b>49.443</b>	<b>53.291</b>				
		<b>280.040</b>	<b>307.514</b>	<b>Não circulante</b>		<b>5.817</b>	<b>7.010</b>
Operações de crédito	<b>5</b>	<b>244.513</b>	<b>275.717</b>	Outras obrigações	<b>11</b>	<b>5.817</b>	<b>7.010</b>
Outros créditos	<b>6</b>	<b>5.704</b>	<b>5.548</b>				
Investimentos	<b>8</b>	<b>21.662</b>	<b>16.980</b>	<b>Patrimônio líquido</b>	<b>12</b>	<b>131.524</b>	<b>131.606</b>
Imobilizado de uso	<b>9</b>	<b>8.160</b>	<b>9.320</b>	Capital social		<b>111.728</b>	<b>104.419</b>
Intangível		<b>1</b>	<b>39</b>	Reservas de sobras		<b>18.223</b>	<b>18.923</b>
				Sobras acumuladas		<b>1.573</b>	<b>10.264</b>
		<b>963.351</b>	<b>912.305</b>	Total do passivo e patrimônio líquido		<b>963.351</b>	<b>912.305</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações de sobras ou perdas				Semestre findo em 31 de dezembro de 2018 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de reais)			
	Nota	2018	2017		2º semestre	Exercício	Exercício
Ingressos da intermediação financeira		<b>52.474</b>	<b>103.297</b>		<b>52.474</b>	<b>103.297</b>	<b>122.171</b>
Operações de crédito		<b>38.283</b>	<b>76.218</b>		<b>38.283</b>	<b>76.218</b>	<b>90.495</b>
Ingressos de depósitos intercooperativos		<b>14.191</b>	<b>27.079</b>	<b>4</b>	<b>14.191</b>	<b>27.079</b>	<b>31.676</b>
Dispêndios da intermediação financeira		<b>(41.830)</b>	<b>(78.791)</b>		<b>(41.830)</b>	<b>(78.791)</b>	<b>(74.494)</b>
Operações de captação no mercado		<b>(21.408)</b>	<b>(42.657)</b>	<b>10</b>	<b>(21.408)</b>	<b>(42.657)</b>	<b>(61.295)</b>
Provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa		<b>(20.422)</b>	<b>(36.134)</b>		<b>(20.422)</b>	<b>(36.134)</b>	<b>(13.199)</b>
Resultado bruto da intermediação financeira		<b>10.644</b>	<b>24.506</b>		<b>10.644</b>	<b>24.506</b>	<b>47.677</b>
Outros (dispêndios) ingressos operacionais		<b>(11.374)</b>	<b>(22.710)</b>		<b>(11.374)</b>	<b>(22.710)</b>	<b>(25.931)</b>
Ingressos de prestação de serviços	<b>13</b>	<b>11.148</b>	<b>21.870</b>		<b>11.148</b>	<b>21.870</b>	<b>19.836</b>
Dispêndios de pessoal e honorários	<b>14</b>	<b>(9.143)</b>	<b>(18.178)</b>		<b>(9.143)</b>	<b>(18.178)</b>	<b>(18.446)</b>
Outros dispêndios administrativos	<b>15</b>	<b>(15.344)</b>	<b>(30.560)</b>		<b>(15.344)</b>	<b>(30.560)</b>	<b>(30.064)</b>
Dispêndios tributários		<b>(258)</b>	<b>(508)</b>		<b>(258)</b>	<b>(508)</b>	<b>(449)</b>
Outros dispêndios operacionais	<b>16</b>	<b>(838)</b>	<b>(1.859)</b>		<b>(838)</b>	<b>(1.859)</b>	<b>(3.261)</b>
Outros ingressos operacionais	<b>17</b>	<b>3.061</b>	<b>6.525</b>		<b>3.061</b>	<b>6.525</b>	<b>6.453</b>
Resultado operacional		<b>(730)</b>	<b>1.796</b>		<b>(730)</b>	<b>1.796</b>	<b>21.746</b>
Resultado não operacional	<b>18</b>	<b>(620)</b>	<b>(2.480)</b>		<b>(620)</b>	<b>(2.480)</b>	<b>(2.992)</b>
Resultado antes da tributação		<b>(1.350)</b>	<b>(684)</b>		<b>(1.350)</b>	<b>(684)</b>	<b>18.754</b>
Imposto de renda e contribuição social		<b>(658)</b>	<b>(658)</b>		<b>(658)</b>	<b>(658)</b>	<b>(1.008)</b>
Sobra / (perda) líquida do semestre / exercício		<b>(2.008)</b>	<b>(1.342)</b>		<b>(2.008)</b>	<b>(1.342)</b>	<b>18.646</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido							Semestre findo em 31 de dezembro de 2018 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de reais)	
	Capital social	Reserva especial	Reserva legal	Reserva contingências	Reserva expansão	Sobras acumuladas	Total	
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2016</b>	<b>100.229</b>	-	<b>13.107</b>	<b>150</b>	-	<b>3.815</b>	<b>117.301</b>	
Integralizações de capital	11.468	-	-	-	-	-	11.468	
Destinação reserva legal conforme AGO	-	-	1.036	-	-	(1.036)	-	
Destinação reserva de contingências conforme AGO	-	-	-	2.779	-	(2.779)	-	
Utilização das reservas de contingência	-	-	-	(2.779)	-	2.779	-	
Baixas de capital	(7.278)	-	-	-	-	-	(7.278)	
Sobra líquida	-	-	-	-	-	18.646	18.646	
Destinação das sobras:								
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	-	(5.000)	(5.000)	
Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social (FATES) – associados	-	-	-	-	-	(657)	(657)	
Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social (FATES) – não associados	-	-	-	-	-	(496)	(496)	
Destinação das sobras para o FATES	-	-	-	-	-	-	-	
Aumento de reserva legal	-	-	2.630	-	-	(2.630)	-	
Utilização das sobras	-	-	-	-	-	(2.378)	(2.378)	
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2017</b>	<b>104.419</b>	-	<b>16.773</b>	<b>150</b>	-	<b>10.264</b>	<b>131.606</b>	
Integralizações de capital	8.800	-	-	-	-	-	8.800	
Incorporação de juros ao capital	1.055	-	-	-	-	-	1.055	
Aumento de capital com sobras	4.162	-	-	-	-	(4.162)	-	
Destinação reserva legal conforme AGO	-	-	1.300	-	-	(1.300)	-	
Destinação reserva de expansão AGO	-	-	-	-	4.000	(4.000)	-	
Destinação FATES conforme AGO	-	-						